

ESMERALDO DE SITU ORBIS

Cássio Miranda

*Cessem do sábio grego e do troiano
As navegações grandes que fizeram;
Cale-se de Alexandre e de Trajano
A fama das vitórias que tiveram;
Que eu canto o peito ilustre lusitano,
A quem Netuno e Marte obedeceram.
Cesse tudo que a Musa antiga canta,
Que outro valor mais alto se alevanta.*

Luís Vaz de Camões

Canta o poeta Fernando Pessoa: “Porque é do português, pai de amplos mares, querer, poder só isto: o inteiro mar, ou a orla vã desfeita – o todo, ou o seu nada” .

Segundo o historiador português Jorge Couto (1998), Duarte Pacheco Pereira, astrônomo, navegador e geógrafo, homem da estrita confiança do rei D. Manuel I, cognominado O Venturoso, teria alcançado as terras brasileiras em 1498, comandando uma expedição que costeou o litoral da América do Norte, desde o Canadá, até o sul do atual Estado de Santa Catarina e registrado a viagem na obra *Esmeraldo de situ orbis* (“Esmeraldo” é um anagrama que associa as iniciais, em latim, dos nomes Manoel e Duarte. *De situ orbis* significa “dos sítios da terra” ou, noutras palavras, “dos lugares da terra”), escrita pelo próprio Pacheco entre 1505 e 1508, que pode ser traduzido como “O Tratado dos novos lugares da Terra, por Manoel e Duarte”. Daí porque os historiadores portugueses modernos denominam a viagem de Pedro Álvares Cabral de “o achamento oficial do Brasil”. Oficializou-se, portanto, o que já tinha sido feito informalmente, de modo particular e furtivo, porquanto os portugueses quinhentistas, ou melhor, a coroa portuguesa, adotava o silêncio como política de Estado diante de suas descobertas marítimas até quando isso era possível. Havia, inclusive, uma rede de espiões que

circulavam entre as peníslas ibérica e itálica, e mais além, em busca de conhecimento útil à circulação de riquezas e de poder. As navegações e os seus feitos, por conseguinte, eram tratados como segredo de Estado.

Em missão oficial, portanto, quarenta e quatro dias depois de ter partido de Lisboa, a armada de Cabral, no final da tarde do dia 22 de abril de 1500, ancorou em frente ao Monte Pascoal, no litoral sul da Bahia, em Porto Seguro, onde hoje é o distrito de Coroa Vermelha.

Uma outra versão diz que teria sido o navegador espanhol Vicente Yáñez Pinzón o primeiro europeu a chegar ao Brasil, no dia 26 de janeiro de 1500. E, no entanto, como vimos, precedera Cabral, mas chegaria depois de Duarte Pacheco. Pinzón comandou a caravela Niña, que integrou a primeira expedição de Cristóvão Colombo ao novo mundo em 1492. Retornou à Espanha e em 1495, autorizado pelos monarcas Isabel I, de Castilla, e Fernando II, de Aragón, partiu com uma esquadra composta por quatro caravelas, tendo sido, nessa versão, o primeiro navegador europeu a cruzar a linha do equador na região das Américas, alcançando o Brasil à altura do Cabo de Santo Agostinho, em Pernambuco, ou na Ponta do Mucuripe, no Ceará, havendo divergência quanto a isso entre os historiadores. Em quaisquer das hipóteses sobre a chegada de Pinzón à costa das terras que viriam a ser o Brasil, insistimos nisso, ele teria sido precedido por Duarte Pacheco.

Espínola (2001) e Bueno (2006), afirmam que, no dia 29 de janeiro de 1500, Pinzón protagonizou a primeira batalha entre europeus e aborígenes no Brasil, às margens da foz do rio Curu, na qual morreram oito espanhóis e vinte indígenas paracuenses da nação Tremembés. Seguindo para o norte, em fevereiro, Pinzón chegou à foz do rio Amazonas, que denominou de *Mar Dulce* por sua enormidade. E de lá para as Guianas e o mar do Caribe. Feito similar é atribuído a Diego de Lepe, primo de Pinzón. Dele se diz que teria capturado 20 indígenas, os quais teriam sido entregues para o bispo D. Juan Rodrigues da Fonseca, influente na corte espanhola por sua vinculação com a rainha Isabel de Castela, sendo o responsável pela organização da segunda viagem de Cristóvão Colombo à América. Segundo uma anedota medieval e mui difundida entre os navegadores, Colombo “ao zarpar não sabia para onde estava indo e, ao voltar, não soube dizer onde estivera” (Vespúcio, 2003, p. 12).

Césare Cantú (1952, p. 98) anota: “Vicente Pinzon, talvez o primeiro, e depois dele Álvares Cabral descobriram o Brasil, país fértil e populoso, mas sem organização civil”. Dessa desorganização padecemos até hoje, a bem pensar.

Américo Vespúcio, em carta dirigida a Lourenço de Médicis, reporta-se à viagem de Cabral, dizendo que os portugueses “desembarcaram numa terra em que acharam gente branca e nua – é a mesma terra que eu descobri para o rei de Castela, salvo que fica mais a oriente, sobre a qual já te escrevi” (FONSECA, 1995, p. 135).

Vespúcio, que passou a integrar a esquadra de Cabral como intérprete na Índia, na referida carta, fez um juízo superlativo sobre si mesmo:

Estávamos, pois, vagos e errantes. Somente os instrumentos dos altos corpos celestes nos mostraram exatamente a verdade: esses foram, como todos sabem, o quadrante e o astrolábio. Desde então, todos me trataram com muita honra, pois mostrei-lhes que, (mesmo) sem conhecimento da carta de marear, eu tinha mais experiência com a ciência de navegar do que todos os pilotos do mundo ao mesmo tempo.

Modéstia não era o forte de Vespúcio. De todo modo, o Tratado de Tordesilhas, de 07 de junho de 1494, firmado entre Portugal e Espanha sob os auspícios do mal-afamado papa Alexandre VI,¹ já dividira as terras “descobertas e por descobrir” por ambas as Coroas fora da Europa. O rei francês Francisco I, quanto a isso, protestou ironicamente questionando que gostaria de conhecer a cláusula do testamento de Adão onde o primeiro homem dividia as terras do novo mundo entre Portugal e Espanha.

Pedro Álvares Cabral, em nome da coroa portuguesa, veio, por assim dizer, tomar posse das terras que depois denominou-se de Brasil.

Não obstante o êxito de sua expedição, o ostracismo imposto a Pedro Álvares Cabral durante o restante do reinado de D. Manuel I deu-se a partir de sua destituição do comando da quarta armada que seguiu para o Oriente em 1502. Cabral, a rigor, não possuía prestígio algum como navegador, tendo sido alçado ao posto de comandante da esquadra por ser costume da coroa portuguesa designar membros da nobreza para chefiar expedições militares ou navais, independente de suas qualificações

¹ O cardeal espanhol Rodrigo Borgia chegou ao papado mediante a prática de crimes, inclusive durante o conclave.

individuais; isso aliado ao fato de que dois dos seus irmãos integravam o Conselho do Rei, um círculo próximo ao monarca com capacidade de influenciar em suas decisões. Na prática, Cabral era o comandante militar da expedição e a navegação ficava por conta de quem era do ramo com competência inquestionável: Bartolomeu Dias, Diogo Dias, Nicolau Coelho, dentre outros. Ainda hoje, no Brasil, quase sempre busca-se o cargo para a pessoa e não a pessoa para o cargo.² Talvez não seja tão diferente no resto do mundo.³

Dos três documentos que dão testemunhos sobre o descobrimento do Brasil (Carta de Pero Vaz de Caminha, Carta do Mestre João Faras e Relação do Piloto Anônimo), a carta do escrivão da armada comandada por Pedro Álvares Cabral é o mais completo e o mais belo, inclusive do ponto de vista literário. É um documento que deveria ser leitura obrigatória no sistema brasileiro de educação. E, no entanto, diante de tantas omissões e desvios, o ensino de péssima qualidade oceânica no Brasil só encontra terra firme em ilhas de exceção, o que nos remete a uma máxima pichada em um muro de Florença, na Itália: “o sistema de educação é a educação do sistema”.

Em outras palavras, a educação deficitária não é obra do acaso. Antes, é fruto de um planejamento perverso que não quer um povo com senso crítico. Não se trata de um problema de governo porque este tem mudado sem alteração de propósito até aqui. E lá se vão 525 anos de escuridão. Quanto a isso, o estupendo ensaio Sobre o Óbvio, de Darcy Ribeiro (1986, pp. 26-27), bem sintetiza essa problemática:

² Contam que logo após a eleição de Tancredo Neves para a Presidência da República, um político mineiro o procurou argumentando que a imprensa estava divulgando que ele seria Ministro de Estado e que as pessoas o abordavam frequentemente a esse respeito, razão pela qual, sem querer ser inconveniente, ele gostaria de saber do Presidente eleito o que dizer. Tancredo respondeu calmamente: “Diga que eu o convidei, mas você não aceitou”.

³ Sempre existe uma panela. Os que estão dentro acabam sendo beneficiados ainda que não tenham mérito, não obstante o privilégio concedido a um resulte em desprestígio para todos os demais. Mas, isso, que ninguém se iluda, de uma forma ou de outra, faz parte da natureza humana. Mesmo os “defensores dos frascos e dos comprimidos” (ou dos fracos e oprimidos, se preferir), em certa medida, buscam uma espécie de privilégio compensatório ou reparatório, respaldados em sofismas, o que não muda a concessão do privilégio em detrimento da igualdade sempre buscada e nunca alcançada, exceto na Revolução Francesa, onde todos tiveram o direito a morrer de forma igualitária na navalha da guilhotina, fazendo valer, na prática, a tão sonhada “égalité”. O povo de Curaçá, na Bahia, sabiamente, a cada eleição em que a situação é derrotada, tem o costume de quebrar uma enorme panela de barro em via pública, simbolizando o fim dos privilégios daqueles que estavam por cima, ou melhor, dentro da panela, usufruindo das benesses do poder. E se forma uma nova panela e assim sucessivamente. E assim será até o fim do mundo porque o que as revoluções fazem é quebrar uma panela e criar outra, normalmente com muita sede ao pote. Claro que sempre haverá válvulas de escape, mas aí já passaríamos a falar de panela de pressão e por aí vai.

Eu não concordo com aqueles que, olhando a educação desde outra perspectiva, falam de fracasso brasileiro no esforço por universalizar o ensino. Eu acho que não houve fracasso algum nesta matéria, mesmo porque o principal requisito de sobrevivência e de hegemonia da classe dominante que temos era precisamente manter o povo xucro. Um povo xucro neste mundo que generaliza tonta e alegremente a educação, é, sem dúvida, fenomenal. Mantido ignorante, ele não estará capacitado a eleger seus dirigentes com riscos inadmissíveis de populismo demagógico. Perpetua-se, em consequência, a sábia tutela que a elite educada, ilustrada, elegante, bonita, exerce paternalmente sobre as massas ignoratas. (...) Assim se ver o equívoco em que recai quem trata como fracasso do Brasil em educar seu povo, o que de fato foi uma façanha.

Voltemos. Quase cinco décadas depois da chegada de Cabral ao sul da Bahia, o rei português D. João III, preocupado em encontrar uma forma melhor de administrar a colônia brasileira, seja por conta do fracasso da experiência das capitâncias hereditárias, seja devido à presença incômoda de corsários franceses ao longo do litoral com a subtração de riquezas, particularmente do pau brasil, mas sobretudo por temer alguma pretensão colonizadora, ainda que improvável, o que significa dizer que não seria impossível, por parte da França, teria perguntado a Tomé de Souza, no Natal de 1548: “você já foi à Bahia, nego? Não? Então vá...” (REIS, 1979, p. 23). Acrescentamos à fala do rei, dando continuidade a essa inspiração otimista ditada por Dorival Caymmi: “Tudo na Bahia faz a gente querer bem. A Bahia tem um jeito que nenhuma outra terra tem”. Noutra visão diversa antagônica, Gregório de Matos lamentou: “Triste Bahia, ó quão dessemelhante”. Como as citações invocadas são atemporais, certo mesmo é que Tomé de Souza, a mando do rei D. João III, veio para a Baía de Todos os Santos, como assim a denominara Américo Vespúcio em 1501 e fundou a “Roma Negra” (uma alusão à população majoritária de afrodescendentes), a “Capital da Alegria” (um apelo publicitário) ou mais apropriadamente chamada por Risério (2004, p. 409) de “A Mulata Velha” (fruto da benfazeja miscigenação), no dia 29 de março de 1549, data oficializada. Antônio Risério, com inegável conhecimento de causa, diz não haver prova documental que confirme essa data como marco da fundação.

Com Tomé de Souza vieram, segundo a historiografia oficial, 400 degredados (homicidas, ladrões, bígamos, blasfemos, hereges, raptadores, estupradores, contrabandistas, vadões e desocupados). Alguns deles eram “ferrados”, ou seja, tinham sido postos a ferros em brasa; outros, desorelhados, não por acaso ou por crueldade, mas, por serem os mais

perigosos, precisavam ser reconhecidos, eis que viveriam em liberdade no Brasil. O historiador baiano Edison Carneiro (1980, p. 79), no entanto, após minuciosa pesquisa sobre a expedição de Tomé de Souza, concluiu que “só há notícia certa de 62 degredados”. Infere-se que a diferença seria resultado de superfaturamento nas despesas com os degredados.

Contados um a um, porque especificados na obra *A Cidade do Salvador 1549: uma reconstituição histórica*, de Edison Carneiro, do Governador Tomé de Souza ao mais reles habitante, entre altos funcionários, escrivães, sacerdotes, soldados, “gente do mar”, ferreiros, pedreiros, serradores, serralheiros, telheiros, carvoeiros, cabouqueiros, pescadores e outros, dentre estes os degredados, apontados nominalmente, exceto as mulheres e os indígenas, que não foram registrados porque eram desconsiderados, Salvador, à época de sua fundação, possuía exatamente 422 habitantes.

Resta claro, contudo, que, além dos degredados, também vieram trabalhadores de toda ordem, fidalgos e burocratas, como Antônio Cardoso de Barros, Primeiro Provedor-Mor da Fazenda do Brasil, acusado de corrupção em Portugal; o Desembargador Pero Borges, Primeiro Ouvidor-Geral, responsável pela Justiça, acusado e condenado por corrupção; Pero de Góis, Capitão-Mor da costa do Brasil, militar de carreira; Luís Dias, arquiteto e construtor; e também o padre Manuel da Nóbrega, líder dos jesuítas, recusado para ingressar no magistério na Universidade de Coimbra devido a sua gagueira, ficando conhecido como “o cavalheiro da triste fala”, dentre outros.

Vejamos o caso do Desembargador Pero Borges, nomeado pelo rei para administrar a Justiça no Brasil. Borges havia sido condenado em Portugal por desvio de verba pública por ter abocanhado a verba destinada à construção de um aqueduto em Elvas, no Alentejo, próximo à fronteira com a Espanha. Foi condenado a devolver para a Coroa o valor desviado, o equivalente a um ano de seu salário, e mais três anos de suspensão do exercício de cargo público. E pensar que o Desembargador Pero Borges veio para o Brasil “em nome da lei e da força do Judiciário”. Embora minoritariamente, fez escola. E essa é sempre uma minoria ruidosa que

só permanece no seio da magistratura nacional, dentre outras coisas, por conta do silêncio dos bons, a que se referia Martin Luther King.⁴

Salvador, então, segundo Risério (2004, p. 84), “era um arraial fortificado no cimo do alto monte, estendendo-se da atual Praça Municipal à atual Praça Castro Alves”. Melhor situando, até o início da praça porque o portão que lhe dava limite ficava onde é hoje o final da Rua Chile. E onde se situa atualmente a Praça Castro Alves havia uma espécie de feira onde mercadorias eram trocadas entre os portugueses e os indígenas. Praticava-se escambo de bens manufaturados e mantimentos de ordem animal e vegetal. Salvador, então, era rodeada de aldeias tupinambás, inclusive onde hoje é o Terreiro de Jesus. Essa foi a povoação inicial de Salvador ou Cidade do Salvador da Bahia de Todos os Santos e não São Salvador, como esclarece Risério (2004, p. 85):

Equívoco toponímico (São Salvador) que, cometido pelo papa Júlio III, na bula em que nomeou o bispo Pero Fernandes Sardinha, acabou se generalizando, para ser popularizado, séculos mais tarde, por um samba de Dorival Caymmi. Mas o “são” nunca fez parte do nome da primeira capital do Brasil.

Preocupação maior teve “El Rey”, nas décadas seguintes, com o avanço da influência francesa no Rio de Janeiro e, principalmente, com a Confederação dos Tamoios, sob a chefia de Cunhambebe, o gigante indígena comparado a Átila, o Huno. Consta que Cunhambebe tinha 14 esposas, enquanto os outros chefes só podiam ter 04 (TORRES, 2000). Cotejado com o rei hebreu Salomão, que tinha 700 esposas e 300 concubinas (Reis, 11:3), Cunhambebe foi um homem casto. O que dizer, então, de qualquer um de nós, supostamente normais, senão que somos praticamente virgens?

Ainda sobre as primeiras viagens transoceânicas, interessante versão apresenta Menzies (2006, p. 380), dando a Cabral um cartaz que ele nunca teve ao ombreá-lo com navegadores reconhecidamente valorosos:

Magalhães, Bartolomeu Dias, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral eram navegadores e marinheiros muito hábeis, como também homens valentes e resolutos, com impressionantes qualidades de liderança, mas nenhum deles descobriu realmente “novas terras”. Quando partiram, todos levavam

⁴ “O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons”

uma carta náutica mostrando para onde estavam indo. Todos os seus “descobrimentos” foram feitos quase um século antes pelos chineses.

E nem Colombo escapa de ter sido precedido em sua descoberta da América em 12 de outubro de 1492:

Não apenas os vikings o antecederam na América, mas talvez tivessem deixado um documento mapeando suas explorações. Na véspera do Dia de Colombo, 12 de outubro de 1965, a Universidade de Yale revelou ao público a existência de um mapa até então desconhecido, datado de cinquenta anos antes que o grande descobridor atravessasse o Atlântico, e que mostrava a localização de Vinland, o território nórdico do litoral leste da América do Norte. (JAMES, P.; THORPE, N., 2001, p.453).

Bem antes dos chineses em 1421, ano em que Menzies (op. cit.) assevera como sendo certo para a chegada dos asiáticos à América, os europeus, em 1021, tiveram essa primazia com os vikings, os quais empreenderam viagens à América do Norte, notadamente ao Canadá, conforme pesquisas arqueológicas em um povoamento viking denominado *L' Anse aux Meadows*,⁵ (“Enseada das Pastagens”, em tradução livre) na ilha de Terra Nova.

Seja como for, o que importa mesmo é observar, com relação ao Brasil, que os portugueses foram os primeiros a ter um propósito colonizador, ainda que de forma bem diversa do espírito inglês no território que deu origem aos Estados Unidos da América.

O polímata Joaci Goes costuma afirmar que os portugueses chegaram ao Brasil com uma espada numa mão, uma cruz na outra e o pênis ereto. E assim deram início à miscigenação com as indígenas, depois com as negras trazidas da África como mão de obra escrava e com quem mais chegasse. E, claro, todos continuaram a se reproduzir, com o perdão da linguagem chula, tudo junto e misturado, inclusive com as levas de colonos europeus (alemães, italianos, poloneses) e asiáticos (japoneses, coreanos, chineses), conquanto em menor escala, a partir dos séculos XIX e XX sem qualquer vedação legal, ao contrário do que acontecera nos Estados Unidos até 1967, quando a Suprema Corte aboliu a tipificação criminal para os casamentos interraciais.

⁵ Estudo publicado pela revista científica *Nature* em 20.10.2021. Vide in <https://www.nature.com/articles/s41586-021-03972-8>: Kuitens, M., Wallace, BL, Lindsay, C. et al. Evidências da presença europeia nas Américas em 1021 d.C. *Nature* 601, 388–391 (2022). <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03972-8>.

No Brasil, não obstante a proibição regimental na instalação do primeiro tribunal europeu nas Américas, em 1609, para que os desembargadores não se casassem com mulheres nativas, o que era relativizado com alvará de autorização quando a nativa era rica, nunca houve, a rigor, impedimento para o congraçamento sexual. Só não se misturou quem não quis. E não existe óbice para quem queira. Na verdade, a miscigenação é uma espécie de antídoto contra o racismo. Mas, a questão tem contornos de complexidade que não cabem na dimensão deste modesto texto.

Por fim, frente ao prodígio poético da obra Os Lusíadas, com sua justificada exaltação do ciclo das navegações, os portugueses à frente, recordo a visita feita pelo ilustre desembargador Osvaldo Oliveira Araújo Firmo, do egrégio Tribunal de Justiça de Minas Gerais, ao Memorial do Tribunal de Justiça da Bahia, ao IGHB (Instituto Geográfico e Histórico da Bahia) e ao Gabinete Português de Leitura em Salvador, que ostenta em sua fachada uma imponente estátua de Luís Vaz de Camões. À lembrança exsurgiram os versos de Suassuna (2006, p. 613) :

Camões, poeta Caolho,
grande Vate português,
enxergava mais com um olho
do que nós todos com três.

Na França tudo é errado,
na França, tudo anda a esmo,
na França pescoço é cu,
no Brasil, cu é cu mesmo!

E assim por diante porque, com o passar do tempo, século após século, o que resta é a arte. Sem obviamente estabelecer comparação ou valoração, o que seria injusto no tempo e no espaço, até porque são ramos distintos da beleza, disso tinha plena consciência o gênio italiano Michelangelo di Ludovico Buonarroti Simoni, que no seu tempo já era conhecido como O Divino. Questionado sobre a dessemelhança nos rostos de suas obras com os de quem as encomendava, teria dito: “mas quem irá reparar nisso daqui há dez séculos?” (BARRETO, G. : OLIVEIRA, M. G., 2004)

Ouso dizer, porque esta é a minha inafastável convicção, que a grande contribuição do Brasil para o mundo civilizado tem sido a

miscigenação. Isso é o que haverá de nos salvar da desconsideração do outro. Essa não é uma ideia original. Darcy Ribeiro (1997) já propalava: “mestiço é que é bom”. E tanto melhor será se seguirmos a nos juntar e a nos misturar alegremente, sempre se contrapondo aos que apregoam a pureza racial, o sectarismo e a segregação física ou cultural porque, iniludivelmente, todos sabemos o que isso tem custado à humanidade.

REFERÊNCIAS:

- BUENO, Eduardo. *A Coroa, a cruz e a espada: lei, ordem e corrupção no Brasil Colônia*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- BARRETO, G.: OLIVEIRA, M. G. de; *A arte secreta de Michelangelo: uma lição de anatomia na Capela Sistina*. São Paulo: Arx, 2004.
- CAMÕES, Luís Vaz de. *Os lusíadas*. Sintra: Publicações Europa-América, 2002.
- CANTU, Césare. *História Universal*. São Paulo: Editora das Américas, 1951.
- CARNEIRO, Edison. *A cidade do Salvador 1549 – uma reconstituição histórica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1951.
- COUTO, Jorge. *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1998.
- ESPÍNOLA, Rodolfo. *Vicente Pinzón e a descoberta do Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks. 2001.
- FONSECA, Riccardo. *O Brasil de Américo Vespúcio*. Brasília: UNB/Linha Gráfica, 1995.
- JAMES, P.; THORPE, N. *Mistérios da antiguidade*. São Paulo: Ediouro, 2001.
- KUIITEMS, M.: WALLACE, B.L.: LINDSAY, C. et al. Evidências da presença europeia nas Américas em 1021 d.C. *Nature* 601 , 388–391 (2022). <https://doi.org/10.1038/s41586-021-03972-8>.
- MENZIES, Gavin. *1421: o ano em que a China descobriu o mundo*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
- PESSOA, Fernando. *Obra poética*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1988.
- PUZO, Mario. *Os Bórgias: a história da primeira grande família do crime*. Rio de Janeiro: Record, 2003.
- REIS, Eduardo A. *De Colombo a Kubitschek: histórias do Brasil*. São Paulo: Círculo do Livro, 1979.
- RIBEIRO, Darcy. *Sobre o óbvio*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986.
- _____. *Mestiço é que é bom*. Rio de Janeiro: Revan, 1997.
- RISÉRIO, Antônio. *Uma história da cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2004.
- SUASSUNA, Ariano. *Romance d'a pedra do reino e o príncipe do sangue do vai-e-volta*. 8ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.
- TEJO, Orlando. *Zé Limeira, poeta do absurdo*. Recife: Cia. Pacífica, 1997.
- TORRES, Antônio. *Meu querido canibal*. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- VESPÚCIO, Américo. *Novo Mundo: as cartas que batizaram a América*. Introdução e notas: Eduardo Bueno. Tradução das cartas: João Ângelo Oliva, Janaína Amado Figueiredo e Luís Carlos Figueiredo. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2003.